

Casa Civil da Presidência da República
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios

JULGAMENTO DE RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021

(Processo Administrativo nº 00100.001819/2020-18)

OBJETO: Contratação de empresa especializada de serviços de limpeza, conservação, higienização, desinfecção e asseio diário, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços de forma contínua a serem executados nas instalações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

1. DAS PREMILIMARES

Trata-se do julgamento do Recurso Administrativo interposto pela Licitante

REAL JG FACILITIES EIRELI., CNPJ nº 08.247.960/0001-62, doravante denominada **Recorrente**, e das Contrarrazões apresentadas pela empresa **M.K.R. PESSOA-ME., CNPJ nº 12.202.614/0001-35**, doravante denominada **Recorrida**.

Na sessão do Pregão que declarou a Licitante M.K.R Pessoa vencedora, a Recorrente manifestou intenção de recorrer com a seguinte motivação:

Manifestamos intenção de interpor recurso contra a nossa desclassificação, pois a nossa proposta, qualificação econômica e benefícios atende aos requisitos do edital, onde demonstraremos em nossa peça recursal em direito à ampla defesa conforme Art. 5º LV CF/88. Intenções tempestivas e motivadas não são passíveis de recusa, vide Acórdão 339/2010-TCU.

2. DA ADMISSIBILIDADE

A peça recursal e as contrarrazões foram anexadas ao sistema do Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) dentro dos prazos estabelecidos, sendo consideradas tempestivas.

3. DAS ALEGAÇÕES

A Recorrente, Real JG, inconformada com a sua desclassificação, alega que:

- apresentou em sua proposta a documentação que sempre apresenta em outras licitações, sem ter sido desclassificada, cita, por exemplo, o link de alguns pregões que participou;
- na data de 13/05/2021 às 10:55:05 foi convocada e apresentou a documentação, nos termos do edital e seus anexos;
- consta no subitem 10.1.2 do Edital, apresentar a planilha de custos e formação de preços, conforme anexo IV, devidamente ajustada ao lance vencedor;
- ao verificar o equívoco, a tomadora poderia ter sanado a inconformidade, uma vez que já havia enviado pelo sistema, concomitante com os documentos de habilitação, proposta com a descrição do objeto e que constavam na documentação as informações faltantes;
- tratava-se de uma proposta mais benéfica ao órgão;
- em situações análogas, os pregoeiros tiveram posturas diferentes, como nos pregões 02/2021 do FNDE e 298/2020 do SERPRO, onde a licitante procedeu da mesma forma que no presente pregão, tendo sido habilitada e que nenhum licitante manifestou intenção de recorrer;
- a sua desclassificação afrontou os princípios licitatórios da razoabilidade e vinculação ao instrumento convocatório;

A Recorrente, por fim, cita vários ensinamentos de Doutrinadores renomados, ressaltando os princípios da isonomia, da razoabilidade e da vinculação ao instrumento convocatório, requerendo seja tido como procedentes os seus argumentos para mantendo a sua classificação.

4. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida argumenta, em síntese, que:

- as alegações não merecem prosperar, visto que a Recorrente, irredutível com a sua desclassificação, insurge-se com alegações frágeis e infundadas;
- o fato de a Recorrente ter cometido a mesma situação em outros pregões, demonstra reiterada atitude negligente perante a Administração Pública;

- em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível a Administração deixar de aplicar as exigências previstas no Edital;
- Administração vincula-se ao disposto no instrumento convocatório, de outra forma, estaria a ferir a isonomia do certame;
- O Edital é a Lei entre os licitantes e ninguém pode se furtar ao cumprimento, e que Hely Lopes Meirelles conceitua o princípio da vinculação ao Edital da seguinte forma:

“Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou da realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação ou propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)”.

Por fim, requer a Recorrida que seja o recurso indeferido e mantida a decisão que a declarou vencedora do certame.

5. DA ANÁLISE

Primeiramente, registre-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Deve-se registrar, também, que, de acordo com a previsão contida no subitem 23.6 do Edital, as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Isto posto, passo a análise dos recursos da empresa Recorrente, a qual alega que apresentou em sua proposta a documentação que sempre apresenta em outros certames, sem ter sido, em nenhum deles, desclassificada.

De fato, nos pregões 02/2021 do FNDE e 298/2020 do SERPRO, indicados pela Recorrente, não foram verificadas desclassificações, embora as propostas não apresentassem todas as informações exigidas no Edital.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que as decisões deste Pregoeiro foram e deverão sempre ser tomadas, em obediência ao instrumento convocatório, que é a Lei da Licitação, não podendo dele se afastar.

O art. 41 da Lei das licitações assim determina: *“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”*

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório visa assegurar que não haverá favorecimento ou direcionamento nem escolhas de licitantes, por regras não estabelecidas no Edital, devendo toda e qualquer proposta, em desconformidade com o edital, serem de pronto desclassificadas.

Deve a Administração buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.

As exigências para a apresentação da proposta final estão claramente definidas nos itens 6 e 10 do Edital e devem ser atendidas por todos os licitantes. Caso assim não fosse, não estariam redigidas com o verbo “deverá”, que exprime a ideia do dever de cumprir.

O fato de a Recorrente não ter sido desclassificada em outros certames de outros órgãos públicos, não lhe assegura o direito de defesa, se restar comprovado o não atendimento de exigências editalícias e às convocações do Pregoeiro.

A Recorrente informa ter sido convocada no chat às 10:55:05 na data de 13/05/2021 e que apresentou a documentação.

Antes da convocação este Pregoeiro já havia postado a seguinte mensagem no chat, alertando aos licitantes a necessidade de serem observadas as regras do edital:

13/05/2021 10:52:54 - Peço a gentileza de se atentarem às disposições editalícias, bem como aos esclarecimentos realizados após a publicação do instrumento convocatório, os quais vinculam os licitantes.

Em seguida, a Recorrente foi convocada a apresentar sua documentação, nos termos do Edital e seus anexos:

13/05/2021 10:55:05 - Para REAL JG FACILITIES EIRELI - Dando continuidade ao certame, convoco a empresa REAL JG FACILITIES EIRELI para apresentar sua documentação, nos termos do edital e seus anexos. Prazo regulamentar de 2h. (grifei)

A sessão do pregão ficou suspensa entre os dias 13 e 18/05/2021 para análise da documentação apresentada pela Recorrente, sendo reaberta às 10:00 do dia 18 para continuidade dos trabalhos e após encerrada as negociações com a Recorrente, este Pregoeiro solicitou o envio da proposta atualizada, alertando para a necessidade de inclusão, a exemplo, de prazo de validade e assinatura, conforme itens 6 e 10 do Edital:

18/05/2021 10:25:51 - Para REAL JG FACILITIES EIRELI - Solicito o encaminhamento de proposta comercial atualizada através da negociação de preço definida no chat. A proposta deverá ser adequada, a exemplo da inclusão de prazo de validade e assinatura, conforme itens 6 e 10 do Edital.

A sessão foi suspensa às 12:11:28 do dia 18 para análise da documentação enviada e reaberta às 16:31:42 do mesmo dia para prosseguimento dos trabalhos.

Em seguida, exatamente às 16:33:47, este Pregoeiro enviou a mensagem no chat, informando aos licitantes da desclassificação da empresa Recorrente, por não ter apresentado a proposta comercial, na forma prevista no Instrumento Convocatório, apresentando tão somente as planilhas de Custo e Formação de Preços e de Produtividade, sem qualquer indicação da razão social da empresa, sem assinaturas e demais informações exigidas.

Os itens 6 e 10 do edital trazem as seguintes exigências:

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor anual do item.

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.1.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor **deverá** ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e **deverá**:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, **devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.**

10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, conforme Anexo IV, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final **deverá** ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3 Os preços **deverão** ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

De ressaltar que, mesmo tendo sido alertada para a necessidade de envio da proposta atualizada, nos termos dos itens 6 e 10 do edital, a Recorrente anexou, novamente, apenas as planilhas de custos e formação de preços e de produtividade, nas quais, se limitou apenas a realizar alterações numéricas, sem registrar, se quer, a razão social da empresa, o CNPJ, a data, a assinatura do representante legal, a validade.

Vê-se, portanto, que a Recorrente, mesmo tendo sido alertada de forma reiterada, buscou atender tão somente a exigência contida no subitem 10.1.2. do edital: "apresentar a planilha de custos e formação de preços, conforme Anexo IV, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório."

Portanto, não há que se falar em excesso de formalismo, visto que este Pregoeiro diligenciou, solicitando adequação da proposta, em mensagem via chat.

A Recorrente alega que, ao verificar o equivoco, a tomadora poderia ter sanado o a inconformidade, uma vez que já havia enviado pelo sistema, concomitante com os documentos de habilitação, proposta com a descrição do objeto e que constavam na documentação as informações faltantes.

Como se vê, a própria Recorrente, em suas alegações, reconhece o equivoco e alega que a tomadora poderia ter sanado a inconformidade.

A esse respeito, reporto novamente à mensagem deste Pregoeiro, enviada no chat, solicitando o envio da proposta, nos termos dos itens 6 e 10, que buscava justamente o saneamento da inconformidade:

18/05/2021 10:25:51 - Para REAL JG FACILITIES EIRELI - Solicito o encaminhamento de proposta comercial atualizada através da negociação de preço definida no chat. A proposta deverá ser adequada, a exemplo da inclusão de prazo de validade e assinatura, conforme itens 6 e 10 do Edital.

Registro, novamente, que as decisões deste Pregoeiro foram e serão sempre tomadas, em obediência ao instrumento convocatório, e que a desclassificação da proposta da Recorrente decorreu do não atendimento de exigências estabelecidas no edital, o que vai ao encontro do que dispõe o subitem 8.4:

8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

Para concluir, repiso aqui o ensinamento do Mestre Hely Lopes Meirelles:

"Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e modo de participação dos

licitantes e no decorrer do procedimento ou da realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação ou propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)”.

6. DA DECISÃO

Diante do exposto, decido por conhecer do recurso interposto para, no mérito, NEGAR-LHE provimento, mantendo habilitada a empresa M.K.R Pessoa e, nos estritos termos do art. 109 § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, submeto à autoridade superior, o Senhor Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração, a presente decisão.

Brasília, 01/06/2021.

Ornel Costa de Azevedo

Pregoeiro